



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ORAL

Um morador da zona da Areia Preta apresentou uma queixa, afirmando que o pátio para arejamento da sua fracção tinha ficado vedado por uma gaiola, construída ilegalmente pelo vizinho do andar de cima, e, conseqüentemente, as emissões de gases da sua casa de banho não conseguem ser libertadas, situação que afectou também cerca de 10 fracções dos pisos inferiores, o que prejudica gravemente o ambiente do prédio, a segurança contra incêndios, a vida quotidiana e a saúde dos moradores. Os referidos moradores apresentaram várias vezes, no espaço de um ano e meio, queixas à Direcção dos Serviços de Solos, Obras e Públicas e Transportes (DSSOPT) e continuaram depois a inquirir sobre o ponto de situação deste assunto, mas o caso acabou por ser classificado como não urgente, estando ainda por resolver.

A lei prevê a definição de obras ilegais, mas, devido a razões históricas, à aplicação não rigorosa das leis pelos serviços competentes e à falta de um critério claro e unificador para aplicá-las, são frequentes as obras ilegais nos prédios de Macau, por exemplo, gaiolas, coberturas e casas construídas nos terraços, entre outras. Para tratar disto, o Governo estabeleceu, em 2010, o Grupo Permanente de Trabalho Interdepartamental para Demolição e Desocupação das Obras Ilegais, recorrendo à cooperação interdepartamental, no sentido de tratar, quanto antes, das queixas sobre obras ilegais e também atribuir prioridade às mais urgentes, por exemplo: as obras ilegais novas ou de renovações que estejam em curso, as que possam prejudicar a estrutura do



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

prédio, as velhas e que apresentem perigo de ruir, as que vedem as tubagens ou levem a fugas de água e as que prejudiquem a saúde da população e a segurança contra incêndios, etc., tudo isto com vista a resolver gradualmente o problema das obras ilegais.

Nos últimos anos, o Governo tomou por sua própria iniciativa a demolição das construções ilegais nos novos terraços ou de ocupação ilegal dos espaços públicos dos edifícios e alcançou bons resultados. No entanto, o referido caso em que o pátio para arejamento foi encerrado por uma gaiola construída ilegalmente tem afectado gravemente a saúde pública, como também a vida e a saúde dos moradores dos mais de dez andares inferiores. Esta situação, que dura há mais de ano e meio, tem trazido grandes perturbações aos moradores, mas não houve ainda actuação concreta do Governo. Quais são os critérios de prioridade adoptados pelo Governo? É mesmo difícil compreender!

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Como é que o Governo define se as construções ilegais são perigosas, se conduzem ao entupimento de tubagens e à infiltração de água ou se afectam a saúde pública e a segurança contra incêndios? O pátio para arejamento foi encerrado pela gaiola e as emissões de gases das casas de banho de várias fracções não são libertadas. Será que isto não afecta a saúde pública? Porque é que casos como este não foram tratados com prioridade? Porque é que o Grupo Permanente de Trabalho Interdepartamental para



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Demolição e Desocupação das Obras Ilegais, que tem como objectivo “o tratamento rápido das queixas sobre obras ilegais”, ainda não tratou ou acompanhou as queixas apresentadas há ano e meio?

2. Actualmente, o Governo procede à demolição de construções ilegais por ordem de prioridade. No que respeita ao tratamento das obras ilegais, quanto tempo é necessário para tratar dos casos classificados como urgentes? E para tratar dos casos classificados como não urgentes? O Governo procedeu já a estudos para fixar um prazo para acompanhamento e tratamento das obras ilegais e para implementar a carta de qualidade?

3. Em conformidade com os dados divulgados pelo Governo no início de Julho deste ano, “o Grupo Permanente de Trabalho Interdepartamental para Demolição e Desocupação das Obras Ilegais iniciou os trabalhos de demolição no 2.º trimestre de 2010. Até aos finais de Maio deste ano, 629 casos foram classificados pelo Governo como prioritários e o número total de casos de demolição atingiu os 283.” De entre os casos de tratamento prioritário, mais de metade fica por demolir. Porquê? Considerando a resposta do Governo, que não é satisfatória, será que isto vai contra a intenção da constituição do referido grupo? Com vista a elevar a eficácia do trabalho, o Governo já procedeu a estudos para estabelecer outros mecanismos ou adoptar outras medidas mais efectivas?

12 de Julho de 2012.

A Deputada à Assembleia Legislativa, Kwan Tsui Hang.